

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Sarney Filho)

Requer que a Comissão realize Seminário para debater sobre os preparativos para COP 21.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Seminário no âmbito desta Comissão de Legislação Participativa, em abril/maio, local a definir, para debater sobre os preparativos, posicionamento e metas brasileiras para 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima – COP 21, a realizar-se em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

A COP 20, em Lima (2014), terminou com a aprovação do conjunto de decisões essenciais para a negociação do novo acordo climático em novembro de 2015, em Paris. O documento foi reformado para se adequar as exigências dos países emergentes e em desenvolvimento, entre os quais o Brasil. De forma geral, o documento final de Lima traçou as bases sobre as quais, os países apresentarão ao longo do primeiro semestre, seus compromissos de redução de emissões e adaptação à mudança climática que serão, a partir daí, decididas as obrigações adicionais de cada país signatário. De forma mais específica, podemos citar o ano-base para a comparação de seus compromissos de redução de emissões, essencial para uma noção mais clara de seus efeitos sobre a contenção do aquecimento global.

Os países emergentes do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) e o grupo dos países em desenvolvimento e dos mais pobres (G77), conseguiram durante as negociações marcarem suas posições em dois

princípios importantes: o primeiro se refere à necessidade de os compromissos dos países mais ricos abrangerem também os meios de financiamento, de capacitação e de transferência de tecnologia para os mais pobres cumprirem suas metas; e o segundo princípio foi o da “responsabilidade comum, mas diferenciada”, definido em Durban (2011), ele prevê que os países desenvolvidos terão de assumir obrigações adicionais mais ambiciosas de redução dos GEEs, compatíveis com a carga por eles lançados em meados do século XVIII. Os emergentes (mesmo China e Índia) e os países em desenvolvimento e pobres teriam uma carga menor.

Assim com a aprovação do documento de Lima, já começaram as movimentações para a o acordo climático em Paris e novas rodadas de negociações já estão programadas e acontecendo. Em princípio, os países desenvolvidos já deverão apresentar em março/abril seus compromissos climáticos e os demais países em junho. Por isso, precisamos definir e debater o posicionamento do Brasil nesse contexto internacional.

Alguns pontos cruciais necessitam ser definidos para a efetiva participação do Brasil nesse acordo climático internacional, tais como: qual deve ser a nova posição brasileira; que novas metas o Brasil deve adotar (e incluir na Lei 12.187/09 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC) em substituição ao NAMA (Nationally Appropriate Mitigation Action) da COP 15, em Copenhagen; como ficam as chamadas “obrigações comuns, mas diferenciadas”; como fica a proposta brasileira dos “círculos concêntricos” proposta na COP 20 pelo Brasil; como fica a perspectiva de reduções mais intensas de emissões na agricultura energia e desmatamento e se está havendo um repique no desmatamento da Amazônia nos últimos meses.

Ressalta-se que o Congresso Nacional aprovou, em 2014, a proposta de adotar a redução de emissões no agregado e estabelecer o ano de 1990 como ano-base. Propôs, ainda, uma redução de 15% até 2030. Sabe-se que o Centro Brasil no Clima e outras instituições estão propondo 30%. Nesse contexto, precisamos saber como será o processo de definição no governo brasileiro.

Finalmente, torna-se imperioso o comprometimento dos membros da CLP para realização do Seminário, para o próximo mês de abril, local a definir, com intuito de se construir a nova posição brasileira rumo à COP 21. Por essa razão, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Proposta da Programação (sujeita a alterações aprovadas na CLP)

Seminário: Rumo à COP21, em Paris.

10h às 11h

Mesa de abertura: Ministra Izabella Teixeira (MMA), Ministro Mauro Vieira (Itamaraty), Ministro Eduardo Braga (MME), Deputado Sarney Filho (Frente Parlamentar Ambientalista e CMMC), Alfredo Sirkis (CBC), Marcos Vinicius (RAPS).

11h às 13h

A construção da posição brasileira: Everton Lucero (Itamaraty), Carlos Klink (MMA), representante da FIESP, Carlos Ritll (Observatório do Clima), Marcelo Furado (Arapyaú), Representante do MCTI.

Mediator: Alfredo Sirkis (CBC)

15h às 17h

Reduzindo as emissões brasileiras, na prática: José Guilherme Leal (MAPA), Mauricio Tomasquin (EPE-MME), Alfredo Sirkis (CBC), Aloisio Pereira de Melo (SPE-MF), Tasso Azevedo.

Mediator: Dep. Sarney Filho

Sala de Comissões, 13 de abril de 2015.

Deputado Sarney Filho
PV/MA